



PRÁTICAS E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM FAIXA DE DOMÍNIO DA UNIÃO, NO SUDOESTE DO ESTADO DE GOIÁS

PRACTICES AND ORGANIZATION OF AGRICULTURAL PRODUCTION IN THE UNION DOMAIN ZONE, IN GOIÁS

Jesiel Souza Silva – IFG – Rio Verde - Goiás - Brasil

jesiel.souza@ifgoiano.edu.br

Marília Luíza Peluso – UnB – Brasília – Distrito Federal - Brazil

peluso@unb.br

RESUMO

No Brasil, a agricultura de pequena escala historicamente desempenhou um papel crucial na produção de alimento, sempre desempenhando um papel significativo, tanto na economia, como na segurança alimentar do país. Caracterizada por pequenos territórios ela é sistematicamente deslocada para as margens das grandes propriedades agrícolas, ficando também à margem do processo de produção agrícola em larga escala. Este estudo objetiva compreender as diversas práticas produtivas e organização da produção agropecuária dos agricultores que ocupam pequenas faixas de terras às margens da BR-364 nos Municípios de Jataí, Mineiros e Perolândia, na porção Sudoeste do Estado de Goiás. A pesquisa foi pautada em coleta de dados primários e secundários. Esta agricultura itinerante pratica a agropecuária principalmente de subsistência. Os agricultores que ocupam áreas com acesso a água direcionam os seus sistemas de produção para o cultivo de hortaliças. Aqueles que conseguem combinar áreas planas com a disponibilidade de recursos financeiros optam por utilizar maquinaria agrícola. Esses agricultores buscam reafirmar suas estratégias de sobrevivência nesses espaços e se organizam com base em sua própria lógica de manutenção do seu modo de vida e garantia da sua continuidade social e econômica.

Palavras-chave: agricultura periférica; agricultura itinerante; agricultura familiar; organização produtiva.

ABSTRACT

In Brazil, small-scale agriculture has historically played a crucial role in food production, always playing a significant role in both the country's economy and food security. Characterized by small territories, it is systematically displaced to the margins of large agricultural properties, also remaining on the margins of the large-scale agricultural production process. This study aims to understand the various productive practices and organization of agricultural production of farmers who occupy small strips of land along the BR-364 in the Municipalities of Jataí, Mineiros and Perolândia, in the southwest portion of the State of Goiás. of primary and secondary data. This shifting agriculture practices mainly subsistence farming. Farmers who occupy areas with access to water direct their production systems to the cultivation of vegetables. Those who manage to combine flat areas with the availability of financial resources choose to use agricultural machinery. These farmers seek to

reaffirm their survival strategies in these spaces and organize themselves based on their own logic of maintaining their way of life and guaranteeing their social and economic continuity.

Keywords: Peripheral agriculture; shifting agriculture; family farming; productive organization.

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o período da colonização, a pequena produção agropecuária sempre foi praticada às margens das grandes áreas agrícolas, ou seja, às margens das grandes propriedades rurais. Em razão disso, teve que enfrentar inúmeros e sérios problemas e desafios socioeconômicos e produtivos, sendo negado a muitos agricultores o direito à terra para trabalhar, produzir e morar. Renegados ao processo de produção agropecuária e do acesso a terra, muitos desses agricultores, se entraram em movimentos pela reforma agrária.

Em Goiás, a configuração territorial e espacial existente, resultado das transformações históricas ocorridas na microrregião, agravou os problemas socioeconômicos e ambientais mostrados por meio da concentração fundiária, do inchamento das cidades, da exclusão de grupos de pequenos agricultores das áreas-alvo da grande produção, em detrimento de grupos de médios e grandes, da intensificação das lutas sociais no campo e na cidade e do aumento da gravidade dos problemas ambientais no processo de apropriação de riqueza pelo homem.

As transformações no espaço rural estão ligadas à própria modernização do território bem como ao processo de expansão do capital, e se apresentaram de maneira excludente, beneficiando a produção destinada à exportação. Isso tem provocado uma divisão fundiária bem delimitada: enquanto a agricultura moderna e comercial ao longo dos anos ocupou as chapadas, a agricultura tradicional e camponesa instalou-se nas bordas, vertentes e fundos de vale (MENDONÇA, 2004), e outros espaços marginais da produção agropecuária, como os das faixas nas encostas das rodovias, garantindo, assim, uma produção em pequena escala de alimentos.

Assim, as transformações ocorridas na microrregião Sudoeste de Goiás demonstram a magnitude das mudanças após a modernização agropecuária e a instalação dos Complexos Agroindustriais. Essas transformações refletem a intensificação

da modernização agrícola e tecnificação do campo na região, pautada em políticas públicas que priorizaram os grandes produtores, excluindo os pequenos agricultores, que foram forçados a deixar o campo em busca de estratégias de sobrevivência,.

A ocupação de Áreas de Domínio da União á beira das rodovias é uma forma de apropriação do espaço bastante antiga e muitas dessas famílias de agricultores vivem em condições socioeconômicas precárias, utilizando principalmente a mão de obra da própria família em suas atividades agrícolas e não agrícolas. Estas faixas de terra são usadas tanto para trabalho quanto para moradia desses agricultores. A mobilidade espacial, característica desse tipo de agricultura itinerante, resulta em deslocamentos frequentes, por diferentes áreas de terra, destacando a precariedade dessa ocupação.

Frente a isso, este trabalho objetiva compreender as diversas práticas produtivas e organização da produção agropecuária dos agricultores que ocupam as Áreas de Domínio da União, ás margens da BR-364, nos Municípios de Jataí, Mineiros e Perolândia, na porção Sudoeste do Estado de Goiás.

METODOLOGIA

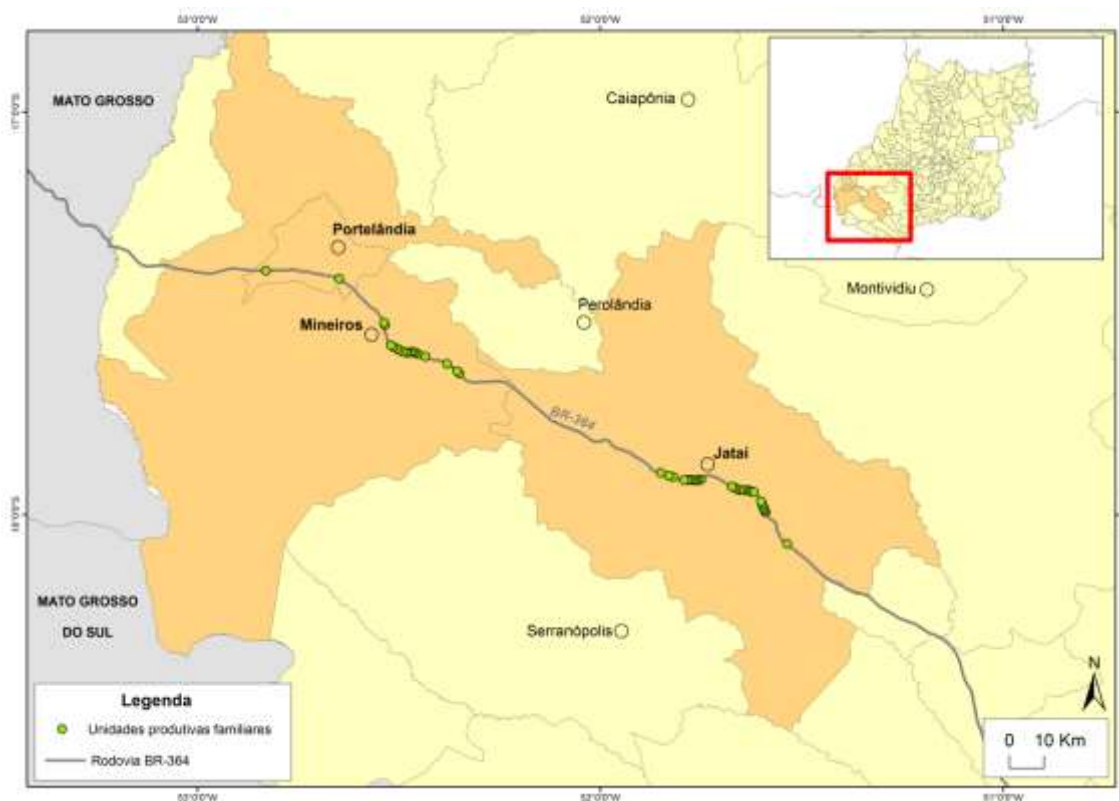
O presente estudo perfaz-se em um estudo de caso, pautado no uso de uma abordagem qualitativa, aplicado quando a finalidade é explicar ou descrever um evento ou uma situação (FREITAS; JABBOUR, 2011). Aqui se fez uso de levantamento bibliográfico; na fase empírica da pesquisa, de aplicação de entrevistas semiestruturadas – com a utilização do questionário – com os sujeitos da pesquisa: os camponeses produtores nas áreas de domínio da União que margeiam as rodovias federais; e observações do espaço estudado.

Além das entrevistas, a análise da situação real dos agricultores, possibilitou uma observação detalhada do espaço em estudo. O trabalho de campo se mostrou como uma ferramenta essencial para cumprir os objetivos da pesquisa pela sua originalidade investigativa. Sua dificuldade partiu de uma de suas principais peculiaridades: o caráter itinerante da agricultura praticada nas faixas de domínio da União, acarretando no

surgimento e desaparecimento de novos agricultores a cada ano ou a cada ciclo produtivo.

As visitas de campo se estenderam por vários meses, nos Municípios de Jataí, Mineiros e Perolândia (figura 01), com seu início via visitas exploratórias e de reconhecimento da área e, posteriormente, visitas simples de observação nos espaços de moradia e produção, além de visitas para a aplicação das entrevistas, privilegiando os vários momentos dos ciclos produtivos. Nas visitas exploratórias, foram mostrados aos sujeitos da pesquisa quais eram os objetivos da investigação. As visitas exploratórias ocorreram em cerca de 40 Unidades Produtivas Familiares (UPFs), sendo selecionadas 14 para aplicação das entrevistas.

Figura 1 – Unidades Produtivas Familiares nas Faixas de Domínio em Municípios de Jataí, Mineiros E Perolândia – GO



Fonte: Dados da pesquisa.

O estudo de caso, que não é uma tarefa fácil, pois seu uso pode ser concretizado nos mais variados modos, com abordagens qualitativas e quantitativas, com aplicação em muitos campos do conhecimento. Entre as principais vantagens de se trabalhar com o

estudo de caso, tem-se que esse permite analisar com mais profundidade os processos e as relações entre eles e estimula “novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatiza a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo” (VENTURA, 2007, p. 386).

A pesquisa bibliográfica foi confeccionada a partir de pesquisas em plataformas nacionais e internacionais, fazendo o uso de literatura, revistas especializadas, dissertações, teses, relatórios de pesquisa, artigos e periódicos impressos e eletrônicos a fim de corroborar com a análise dos dados da pesquisa. No decorrer do processo da pesquisa bibliográfica, foi notada a quantidade restrita de pesquisas específicas sobre estes sujeitos que ocupam as faixas de domínio da União, tanto nas ciências geográficas como em outras ciências, além de um número limitado de estudos sobre o processo de espacialização desses agricultores.

Os principais instrumentos utilizados na presente pesquisa foram: aparelho de *Global Positioning System* (GPS), para o mapeamento e a localização das UPFs instaladas às margens da BR-364, nas visitas a campo realizadas; câmera fotográfica, para registro etnográfico das famílias nas UPFs, a fim de auxiliar no processo de observação e captura do real e compor a ilustração do trabalho; e caderneta de campo, para registro das entrevistas e elementos observados no espaço.

Após as entrevistas com os sujeitos, os depoimentos foram tratados e submetidos a uma análise de conteúdo, a fim de evidenciar as principais variáveis do trabalho. “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1995, p. 9). Os elementos observados nas UPFs, os dados coletados, as conversas informais e as entrevistas permitiram uma contribuição qualitativa da pesquisa.

FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES

A agricultura praticada pelos agricultores aqui analisados muito se aproxima da agricultura urbana e periurbana. Porém, quanto à localização, tamanho da área e reprodução social, perdem-se tais características à medida que esses vão se distanciando

das cidades, considerando que, de acordo com Roese (2003), a agricultura urbana é praticada em áreas restritas dentro da cidade ou no seu entorno (agricultura periurbana).

Destarte, outras características da agricultura urbana e periurbana são mantidas, como outras destacadas por Roese (2003) quando diferencia a agricultura urbana da rural: a produção dali existente é destinada para consumo próprio ou para venda do pequeno excedente em mercados locais, há escassez de conhecimentos técnicos por parte dos produtores diretamente envolvidos, repetidamente não há possibilidade de o agricultor se dedicar à agricultura em tempo integral, é praticada a partir da diversificação de cultivos, e a finalidade da prática desse tipo de agricultura é distinta, considerando que normalmente não visa à obtenção de lucro. Em geral, a agricultura urbana é praticada com mais intensidade nos municípios que têm tradição agrícola no espaço rural.

A produção familiar se configura como a principal propulsora da unidade produtiva camponesa. Conforme Ploeg, o processo de produção camponês é estruturado sobre uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida:

Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores de uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção (2006, p. 25).

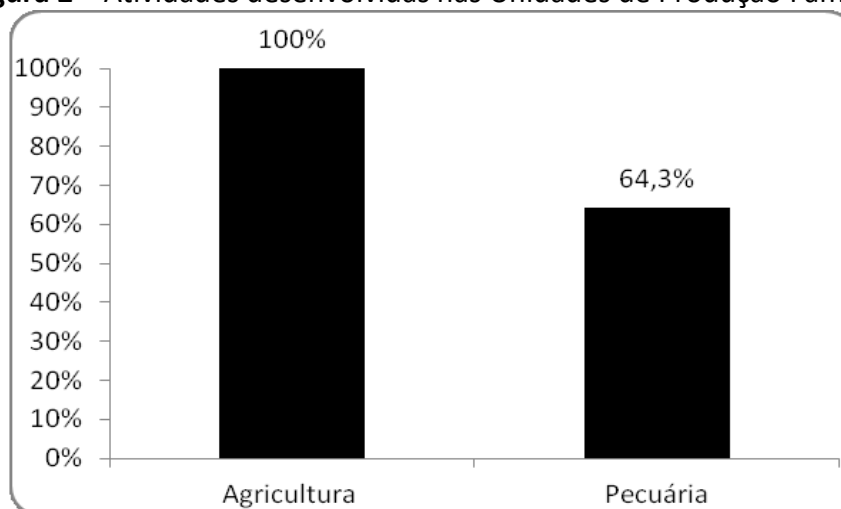
Fabrini (2007, p. 26) compreende que há “entre os camponeses uma produção de resistência de base territorial e localmente organizada”. Esses têm buscado praticar uma agricultura “defensiva ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas nacionais e transnacionais”. Uma agricultura que utiliza técnicas, conhecimentos, ferramentas e instrumentos elaborados pelos próprios camponeses, diminuindo sua dependência das técnicas elaboradas para a produção de mercadoria no domínio das relações capitalistas.

Existe certa autonomia no processo produtivo desenvolvido por esses agricultores e na organização da produção, que se refere ao controle do próprio tempo e organização do espaço. No geral, na escolha do cultivo ou criação animal, observam-se os seguintes

fatores: aptidão do solo, conhecimento do agricultor, composição da alimentação familiar, o tamanho da área, disponibilidade de recursos financeiros, etc.

Há produção agrícola em todas as UPFs aqui pesquisadas. Contudo, a produção pecuária foi encontrada em 64,3% dos estabelecimentos (Figura 02), mostrando que, nessas pequenas faixas de terra, os agricultores dão preferência para a produção agrícola. Geralmente os agricultores que possuem produção animal e vegetal nas UPFs são aqueles que ocupam maiores quantidade de terras.

Figura 2 – Atividades desenvolvidas nas Unidades de Produção Familiar



Fonte: Dados da pesquisa.

O tamanho da terra contribui para a escolha do cultivo de hortaliças, uma vez que sua implantação, além de ser de baixo custo se dá em pequenas faixas de terras. Assim, tanto o plantio quanto a colheita são realizados de forma manual pela maioria dos agricultores com tradicionais instrumentos para o cultivo na terra. Não foi registrada a presença de tratores de propriedade do agricultor nas UPFs aqui analisadas. Nesse sentido, apenas dois agricultores informaram a utilização da mecanização, sobretudo a utilização do microtrator com pagamento da hora/máquina, especialmente no preparo do solo.

Os agricultores que estão localizados em áreas com maior disponibilidade de água têm seus sistemas de produção voltados mais para a produção de hortaliças, considerando que essas, sobretudo, em períodos de seca, necessitam de maior disponibilidade de água. Aqueles que logram aliar as áreas planas com a disponibilidade

de água e recurso financeiro, em geral, fazem uso de maquinários – pago em horas – para revolver o solo para o plantio. Entretanto, dificilmente utilizam para descampar ou destocar a área.

A área limpa é utilizada o máximo possível, buscando não deixar nenhum espaço sem utilização. Sobre a questão, Martine (1991) destaca que a pequena produção faz uso intensivo dos fatores disponíveis, mesmo com um processo de tecnificação precário, aproveitando uma parcela maior de sua terra.

As hortaliças (Figuras 03 e 04), que englobam de forma genérica as verduras, os tubérculos, as raízes e as leguminosas cultivadas em hortas, são os maiores cultivos e estão presentes em todas as unidades de produção, seja para o comércio ou para a alimentação familiar. Isso é explicado pelo tamanho reduzido das faixas de terras, que são mais propícias a serem cultivadas com hortaliças, considerando também que esta produção não requer um alto conhecimento técnico e não exige alto investimento, sendo viável a esses agricultores.

Figura 3 – Plantação de hortaliças, Jataí-GO **Figura 4** – Plantação de hortaliças, Jataí, GO



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.

As hortaliças necessitam de cuidados permanentes e diários e sempre envolve a participação de toda a família e fazem parte da base alimentar destes agricultores, além de ser indispensáveis para uma dieta equilibrada. Contudo, mesmo com sua implantação com custos relativamente mais baixos, percebe-se que alguns agricultores não são dotados de capacidade financeira para acompanhar as exigências da própria produção de hortaliças. Por serem produtos de alta perecibilidade, precisam ser comercializados com rapidez.

Do mesmo modo que se dá no plantio, a colheita também ocorre de forma manual, com a participação de toda a família na composição da mão de obra para a atividade. Em geral, as UPFs têm seus cultivos compostos de culturas temporárias que compõem a alimentação da família. Foi evidenciada uma grande variedade de tipos de produtos, contudo nem todos são comercializados pelos produtores.

Dentre os produtos mais cultivados, sobressaem alimentos como mandioca, milho, feijão (o guandu e o de corda), pimenta, quiabo, banana e outras variedades de hortaliças, legumes, frutas e verduras. O milho e a mandioca são dois dos produtos mais cultivados, evidentemente em razão da sua versatilidade, utilizado tanto na alimentação humana como na alimentação animal. Há também maior facilidade de venda para outros produtores da região.

O milho é colhido em duas fases das espigas: quando verde para alimentação humana e quando seco para alimentação animal. Quando verde pode ser comercializado, mas quando seco dificilmente é vendido, pois é utilizado para alimentação animal de porcos e aves. O milho, quando verde, é utilizado pela família para fazer pamonhas, bolos, cozido, assado etc., podendo também ser vendido. Já a mandioca, além de ser utilizada pela família e vendida, é utilizada também para a produção de farinha e polvilho na forma artesanal.

Pode-se perceber o domínio da policultura nestas áreas. A partir do levantamento das UPFs, foram identificados 47 tipos diferentes de cultivos agrícolas, observados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Frequência da produção agrícola encontrada nas Unidades de Produção Familiar

Produto/Cultura	Frequência (em%)
Mandioca (<i>Manihot esculenta</i> Crantz)	71,4
Pimenta (<i>Capsicum frutescens</i>)	57,1
Quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>)	57,1
Milho (<i>Zea mays</i>)	57,9
Banana (<i>Musa spp.</i>)	50,0
Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>)	50,0
Alface (<i>Lactuca sativa</i>)	42,9
Beterraba (<i>Beta</i>)	35,7
Cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>)	35,7
Jiló (<i>Solanum aethiopicum</i> 'Gilo Group')	35,7
Tomate (<i>Solanum lycopersicum</i>)	35,7
Abacaxi (<i>Ananas comosus</i>)	35,7
Mamão (<i>Carica papaya</i>)	35,7
Maracujá (<i>Passiflora edulis</i>)	35,7
Mostarda (<i>Sinapsis alba</i>)	35,7
Cenoura (<i>Daucus carota</i>)	28,6
Chuchu (<i>Sechium edule</i>)	28,6
Coentro (<i>Coriandrum sativum</i>)	28,6
Couve (<i>Brassica oleracea</i>)	28,6
Guariroba (<i>Syagrus oleracea</i>)	28,6
Salsa (<i>Petroselinum crispum</i>)	28,6
Manga (<i>Mangifera indica</i>)	28,6
Abóbora Cabotiá (<i>Cucurbita spp.</i>)	21,4
Brócolis (<i>Brassica oleracea</i> var. <i>italica</i>)	21,4
Pepino (<i>Cucumis sativus</i>)	21,4
Rúcula (<i>Eruca sativa</i>)	21,4
Acerola (<i>Malpighia glabra</i>)	21,4
Goiaba (<i>Psidium guajava</i>)	21,4
Laranja (<i>Citrus X sinensis</i>)	21,4
Limão (<i>Citrus x limon</i>)	21,4
Abóbora (<i>Cucurbita pepo</i>)	14,3
Café (<i>Coffea</i>)	14,3
Melancia (<i>Citrullus lanatus</i>)	14,3
Abacate (<i>Persea americana</i>)	14,3
Cajá-manga (<i>Spondias dulcis</i>)	14,3
Caju (<i>Anacardium occidentale</i>)	14,3
Tamarindo (<i>Tamarindus indica</i>)	14,3
Almeirão (<i>Cichorium intybus</i>)	7,1
Agrião (<i>Nasturtium officinale</i>)	7,1
Jurubeba (<i>Solanum paniculatum</i>)	7,1
Carambola (<i>Averrhoa carambola</i>)	7,1
Sequiela (<i>Spondias purpurea</i>)	7,1
Coqueiro (<i>Cocos nucifera</i>)	7,1
Mexerica (<i>Cocos nucifera</i>)	7,1
Pitanga (<i>Eugenia uniflora</i>)	7,1
Romã (<i>Punica granatum</i>)	7,1
Cana-de-açúcar (<i>Saccharum officinarum</i>)	7,1
Algodão (<i>Gossypium spp.</i>)	7,1

Fonte: Dados da pesquisa.

A mandioca requer um tempo maior em seu cultivo, por isso geralmente não é cultivada tão perto das residências como as hortaliças, que precisam de um acompanhamento mais frequente. Na faixa de domínio da União, a mandioca é cultivada tanto para consumo familiar *in natura* como para produção de farinha o polvilho, bolo de mandioca, beiju, além de outros produtos que complementam a alimentação familiar. De acordo com a FAO (2013, p. 4), a mandioca é um dos principais produtos agrícolas dessas

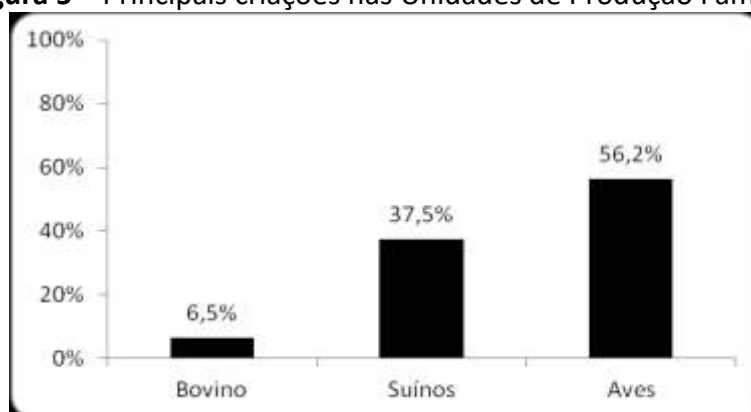
faixas por apresentar um “uso eficiente da água e dos nutrientes do solo e tolerância a seca e ataques esporádicos de pragas”. Dessa forma, “a mandioca pode produzir rendimentos razoáveis, usando poucos insumos (ou mesmo nenhum), em áreas com solos pobres e chuvas imprevisíveis”.

Por não ser uma produção regular, não existe em nenhuma das UPFs visitadas uma tenda específica para produção de farinha. Geralmente, essa é produzida em locais improvisados próximo às residências apenas nos períodos de colheita da mandioca.

Em quase todas as UPFs foi encontrada alguma espécie de frutíferas, a maioria utilizada apenas para o consumo da família e dos animais, com exceção do maracujá, cultivado em algumas áreas para venda. Algumas frutíferas normalmente requerem cultivos permanentes, pois precisam de um tempo maior para começar a produzir. Assim, a presença dessas espécies comprova que a ocupação de algumas áreas não é recente.

Para o consumo familiar, são produzidos também doces caseiros de frutas, como manga, goiaba, mamão, cajá etc. Esses, em razão da pouca quantidade, não são vendidos e, por isso, não contribuem para a renda familiar. Nesse sentido, a Figura 5 a seguir, referente à produção animal nas UPFs, destaca a produção de aves, com 56,2%, seguida da produção de suínos, com 37,5%, e a produção de bovinos, com apenas 6,5%, presentes em um pequeno número de unidades produtivas.

Figura 5 – Principais criações nas Unidades de Produção Familiar



Fonte: Dados da pesquisa.

Os agricultores que tem criação de bovinos em sua UPF, geralmente reservam uma determinada área para a plantação de capim a fim de minimizar a falta de alimentos dos animais. Porém, as criações de suínos, frangos e galinha caipira são as mais utilizadas

nessas áreas, representando a maior fonte de renda da pecuária de alguns agricultores e compondo o consumo da família.

A galinha caipira, as farinhas de mandioca, as frutas e as hortaliças, de acordo com Maluf (2004), são bens típicos dos circuitos regionais. Para o autor, na maioria das vezes esses produtos são expressões de diversidade da agricultura familiar.

A produção de aves é para postura e corte; a produção suína é para corte, com a venda de carne e banha; e a produção bovina apenas para produção de leite para consumo da família. Os galinheiros e os chiqueiros para criação de porcos e aves são construídos de forma rústica, utilizando material descartado.

Os ovos, juntamente com as aves e os suínos, em sua maioria, já abatidos, são comercializados. A presença de bovinos está em apenas duas UPFs. Nessas duas unidades produtivas, a presença de bovinos é voltada para a produção de leite apenas para consumo da família. Não há bovinocultura de corte. Pela falta de geladeira em razão da ausência de energia, na maioria das UPFs, a carne suína, depois de frita, é armazenada pela família em latas com gordura, remetendo a uma agropecuária e modo de vida tradicional.

Além de geração de renda, produção de alimentos e ocupação, essas áreas cumprem também uma função importante em relação à saúde, dado o cultivo de plantas com valor medicinal. Fabrini (2007) menciona que existe a relação íntima entre os camponeses e a natureza.

Uma relação particular com a natureza [...] é verificada entre os camponeses no conhecimento que possui sobre o clima, calendário agrícola para planejar a produção, manejos e semeadura feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros. Isso indica relações diferenciadas da produção agrícola empresarial em que a agricultura é praticamente dominada pela técnica (FABRINI, 2007, p. 26).

A composição da farmácia doméstica desses agricultores é variada (Tabela 02) e justificada pelo conhecimento, repassado de forma oral, dos vegetais utilizados. Se no processo de migração é impossível levar toda a benfeitoria, não é impossível levar as mudas das plantas medicinais que são incorporadas a novos espaços de cultivo. A grande

maioria das plantas medicinais é de fácil cultivo e, por isso, são cultivadas nas proximidades das residências, nos quintais e nas hortas.

Tabela 2 – Plantas medicinais cultivadas nas Unidades de Produção Familiar

Nome Popular	Nome Científico
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.
Alevante, Vick	<i>Mentha spicata</i> L.
Alface	<i>Lactuca sativa</i> L.
Alfavacão	<i>Ocimum gratissimum</i> L.
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>
Alfazema	<i>Lavandula officinalis</i> Chaix & Kitt
Arnica	<i>Arnica montana</i> L.
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.
Babosa,	<i>Aloe Vera</i> (L.) Burm. f.
Boldo-da-terra	<i>Coleus barbatus</i> ou <i>Plectranthus barbatus</i>
Caferana, boldo-goiano	<i>Vernonia condensata</i> Baker
Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i> L.
Cana de açúcar	<i>Saccharum officinarum</i> L.
Canela	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Breyn.
Capim limão, citronela	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf.
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i> L.
Confrei	<i>Symphytum officinale</i> L.
Erva-Cidreira, erva-cidreira de folha	<i>Melissa officinalis</i> L.
Erva doce	<i>Pimpinella anisum</i> L.
Fedegoso	<i>Senna occidentalis</i> L.
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe
Gervão	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) M. Vahl
Guaco	<i>Mikania smilacina</i> DC
Hortelã grande, hortelã grosso	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.
Hortelã, Hortelanzinho	<i>Mentha piperita</i> L.
Losna	<i>Artemisia absinthium</i> L.
Manjerição	<i>Ocimum basilicum</i> L.
Mastruz, erva de Sta. Maria	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.
Mentraso, erva-de-são-joão	<i>Ageratum conyzoides</i> L.
Pucijo	<i>Mentha pulegium</i> L.
Salvia	<i>Salvia Officinalis</i> L.
Sabugueiro	<i>Sambucus nigra</i> L.
Tanchagem, tançagem	<i>Plantago major</i> L.

Fonte: Dados da pesquisa.

Geralmente, são utilizadas as diversas partes da planta (caule, casca, folhas etc.) de diferentes modos (chás, inalação, in natura, maceração etc.), com uso interno e externo e para diferentes indicações. Além das plantas cultivadas para fins medicinais, na medicina tradicional dos agricultores são utilizadas também as frutíferas (espontâneas ou cultivadas), dentre elas a acerola, o abacateiro, o algodoeiro, a amoreira, o buriti, o cajueiro, a laranjeira, o limoeiro, a graviola, o maracujá, o mamoeiro, pequi; e até mesmo hortaliças, como a couve.

É preciso destacar que a organização produtiva centrada no trabalho familiar e ausência de máquinas exige que o camponês tenha o conhecimento de atividades no meio rural do saber fazer, muitas vezes “milenarmente acumulado coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não devem ser desprezados em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico” (FABRINI, 2007, p. 26). Este conhecimento do espaço, das plantas, do processo produtivo e do meio em que estão inseridos, contribui para a sua permanência nestes espaços marginais, mesmo com todos os problemas enfrentados.

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NA REPRODUÇÃO CAMPONESA

A presença destes agricultores, mesmo marginalizados, vai contra o paradigma que afirma que a intensificação das atividades industriais como principal atividade econômica do sistema capitalista levaria ao fim das formas de produção familiar no campo. Porém, de acordo com Silva e Marafon,

[...] a sua principal característica, que é o trabalho realizado em família no abastecimento de alimentos, sobretudo para o mercado interno, persistiu se adequando aos diferentes interesses do sistema capitalista e (re)criando estratégias de sobrevivência e aumento de renda familiar (2007, p. 3).

Assim, embora com toda a vulnerabilidade socioeconômica em que estão inseridos, esses sujeitos mostram uma capacidade de resistir e de resiliência, assumindo papel importante na ocupação desses espaços, antes vazios demográficos, mesmo em território de real domínio do agronegócio brasileiro. Aqui, utiliza-se o conceito de resiliência de Lemos (2015), que é a sua capacidade de se recuperar, ou seja, a capacidade que um sistema possui de absorver impactos externos e se reorganizar. Nesse caso, essa própria resiliência reduz a sua situação de vulnerabilidade, mesmo considerando que essa vulnerabilidade socioeconômica apresenta índices elevados – sem a intenção de classificar numericamente. Sua vulnerabilidade, consiste, sobretudo na sua exclusão das políticas públicas de desenvolvimento rural e conseqüentemente da cadeia produtiva local, pois vivenciam a marginalização pelo Estado a partir da exclusão das políticas públicas.

Shanin aponta que

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E no encontro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (2008, p. 25-26).

Os pequenos agricultores, que ocupam as áreas da União, buscam reafirmar as suas estratégias de sobrevivência e se organizam a partir de sua própria lógica de reprodução do seu modo de vida, não estando organizados a partir da lógica do capital. Sua dinâmica de reprodução envolve várias estratégias, de subordinação e de resistência, a partir da utilização da terra para moradia e trabalho. A própria ocupação dessas áreas se caracteriza como estratégia dos agricultores de se reproduzirem socialmente. Todavia, para garantir a condição de agricultores familiares, mesmo sem terras, precisam encontrar outras estratégias a partir da ocupação dessas faixas, desempenhando um papel ativo na construção de suas estratégias de resistências a fim de retomarem a sua autonomia produtiva.

Para Oliveira (2007), a autonomia camponesa é relativa e, por isso, não é total, pois ocorre tanto na forma e organização do trabalho quanto no controle dos meios de produção – fundamentais para a criação e recriação camponesa. Fabrini (2007) destaca que, entre os camponeses, verificam-se relações forjadas no território que são erguidas como resistência frente à dominação do capitalismo. Dentre essas relações, estão: “a produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo” (FABRINI, 2007, P. 09). Ainda, para o autor,

Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana (FABRINI, 2007, p. 9).

Ao contrário do que ocorre na produção em escala do agronegócio, mesmo subordinados, os camponeses têm as suas relações marcadas por certa autonomia e controle do processo produtivo. Os agricultores citaram diversas dificuldades encontradas por eles na ocupação e produção nas faixas de domínios da União, dentre elas a comercialização dos produtos, o transporte, a falta de energia e a falta de água. As estratégias encontradas por eles minimizam um pouco a situação de precariedade social. No geral, pelas restrições financeiras, esses agricultores têm encontrado grandes dificuldades em um contexto socioprodutivo em que o uso intenso de máquinas e implementos, fertilizantes químicos sintéticos e insumos cada vez mais industriais foi disseminado como essencial para a produção agropecuária e de alimentos.

Apesar do trabalho pesado no campo, nenhum dos entrevistados mostrou desejo de abandonar o espaço rural. Todos os agricultores afirmaram estar em situação melhor do que antes de ocuparem as áreas de domínio da União, não recordando de forma positiva da vida que levavam na cidade. Um dos principais elementos de melhoria observado nas respostas dos agricultores é a questão da alimentação, conforme dito por um dos agricultores. Isso se deve, por vezes, por certa autonomia produtiva adquirida.

Eu acho melhor porque em termos de você ficar mais à vontade. O que eu decido não tem que esperar por outro. Se eu falar: “eu vou plantar isso agora”, eu vou plantar. Então, pra mim está sendo melhor porque eu gosto desta área de plantio. E ser dono do próprio nariz mesmo (Agricultor 1).

Acho importante que eu gosto daqui. Nem na cidade eu vou. Quando vou fico louco pra voltar. Vou só quando preciso. Quando não precisa nem vou. Fui nascido e criado na roça. Cidade pra mim só por precisão (Agricultor 5).

Aqui quando não tem uma mistura eu vou no córrego, na lagoa e pego um peixinho, ou vou na lavoura e pego uma verdura (Agricultor 6).

O trabalho acessório, a pluriatividade, a ocupação de áreas baixas e a comercialização em circuitos curtos de comercialização são estratégias encontradas, que buscam o aumento da renda familiar e que remetem a certo grau de autonomia das famílias. A produção desses agricultores está ligada à combinação de atividades, sejam agrícolas e não agrícolas. Porém, as atividades não agrícolas, apesar de serem uma importante estratégia da agricultura familiar, ainda são pouco exploradas por esses agricultores.

O tamanho da terra não é suficiente para atender às necessidades básicas da família e, por isso, para se manter nessas áreas as famílias precisam combinar o trabalho agrícola com atividades não agrícolas. Assim, verifica-se que as residências, além de serem espaços de socialização da família e local de consumo, são também espaços de produção, pois, além dos afazeres domésticos, é ali que é praticada a pluriatividade com a produção de crochês, por exemplo.

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

A pequena diversificação dos cultivos e da produção faz com que a família tenha uma menor dependência da produção externa e, ao mesmo tempo, uma segurança maior quanto à venda da sua produção, oferecendo melhores meios de renda. A adoção do sistema produtivo da combinação policultivo-pecuária, combinando pequenos roçados e criação de animais de pequeno porte, fomenta uma maior diversificação de produtos alimentares nessas áreas. Assim, as famílias tendem a comprar menos alimentos no mercado, ficando menos dependentes da produção externa à unidade produtiva e gerando maior renda monetária. Uma estratégia que faz parte da organização do território camponês e que possibilita a sua reprodução.

A maioria dos agricultores entrevistados no momento ocupava apenas a condição de agricultor, com exceção de um agricultor que trabalhava como guarda noturno na cidade e, por isso, a atividade agrícola não era considerada atividade principal. Porém, nas duas UPFs onde a entrevista foi feita com as mulheres, os homens estavam prestando algum serviço em fazendas próximas. Os demais não tinham vínculo empregatício com nenhum órgão, instituição ou empresa, constituindo agricultores em tempo integral. Isso mostra que o trabalho sazonal nas propriedades rurais, por meio dos serviços de empreita, é praticado também por esses agricultores. Utilizam o trabalho fora da propriedade, geralmente que requer baixa qualificação, para aumentarem a renda da família como uma estratégia de reprodução social.

O trabalho acessório, fora da unidade produtiva, é muito mais que um meio de assalariamento. É entendido como uma estratégia camponesa de fortalecimento sem se caracterizar um capitalista, pois, nesse processo, não existe a exploração ou acúmulo de capital (CHAYANOV, 1985). Geralmente, essa forma de trabalho acessório ocorre em momentos nos quais os membros da família ficariam ociosos em suas unidades de produção e por ser uma forma de trabalho rentável a esses agricultores, contribuindo, dessa forma, na garantia do equilíbrio interno e a recriação familiar.

Todavia, para esses agricultores que sempre tiveram no trabalho acessório um meio de elevar a renda familiar diminuiu essa possibilidade em função da idade e da falta de qualificação para os serviços mecanizados nas grandes propriedades. Isso contribuiu para a queda da participação do trabalho acessório na composição de renda familiar. Assim, para esses agricultores, as saídas temporárias dessas UPFs cada vez mais são reduzidas, aumentando as dificuldades em manter-se nestas áreas. Conforme Ferreira e Ortega (2006), a demanda de trabalho temporário tem diminuído de forma significativa nos últimos anos em razão da forte mecanização das áreas rurais.

Chayanov (1985) observa que a ocupação camponesa no mercado de trabalho não significava a desagregação campesina, mas uma estratégia de continuidade da condição camponesa, uma vez que tal relação tinha por base a reprodução da vida e não a lógica de reprodução e acumulação burguesa. Assim como a relação com o trabalho, a relação com o mercado também não representava um caminho para o fim do campesinato, mas sim outra estratégia de reprodução, mesmo os preços estabelecidos pelo mercado – o que não ameaça a autonomia produtiva. Para ele, a proximidade dos camponeses com o mercado e com as relações de trabalho assalariado não era um fim da condição camponesa, mas um meio para ela continuar se reproduzindo.

Quando conseguem desenvolver alguma atividade nas grandes propriedades da região, são através de acordos verbais, sem o trabalho com carteira assinada e por curtos períodos. Uma das estratégias dos pequenos agricultores familiares é a utilização da produção das grandes propriedades para alimentar sua produção pecuária, especificamente o milho – importante produto para a alimentação animal –, o que se dá pelo fato de que, nas grandes propriedades da região, a colheita da produção é realizada

mecanicamente (Figuras 06 e 07). Isso faz com que ocorram grandes perdas de espigas na plataforma. Desse modo, os grandes agricultores fazem uso do trabalho dos agricultores familiares para fazer a coleta das espigas no solo, a fim de diminuir as perdas da colheita antes de o gado entrar na área colhida.

Figura 6 – Área com produção de milho



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2015.

Figura 7 – Gado na Área colhida



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2015.

Tal relação dá-se com o aval dos grandes produtores, ou seja, os agricultores familiares fazem a coleta do milho, ficando com todo o produto coletado; ou, ainda, os agricultores familiares fazem a coleta das espigas e entregam parte dessas aos grandes proprietários, apropriando-se da outra parte. A coleta de milho é fundamental para a UPF, pois, em geral, é utilizada toda na alimentação pecuária, e vendida a sobra.

O aumento de área e da produção de milho nesses municípios, resultado da intensificação do capital no campo a partir da modernização da agricultura brasileira, de modo contraditório, favorece as pequenas UPFs instaladas à beira das rodovias. O aumento da produção no período denominado de safrinha nas grandes propriedades, por exemplo, favorece ainda mais esses produtores familiares, que passaram a ter um volume maior de alimentação animal a partir dessa relação. Essa prática é uma forma de possibilitar a reprodução social desses agricultores nestas áreas.

Trata-se, no entanto, de um trabalho acessório de diarista, realizado a partir da troca em produto e não em espécie, uma espécie de escambo. O trabalho acessório de diarista é mais viável ao camponês, pois ali são realizadas tarefas por empreitada, diferente do trabalho permanente, que o distanciam do trabalho familiar e da sua terra. Admitem o trabalho acessório, uma vez que esse não nega a sua condição camponesa.

Muitos “não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário” (SANTOS, 1978, p. 39).

Essa forma de trabalho também ocorre em razão da reprodução do tempo camponês. Por não ser uma atividade regulada pelo horário comercial urbano-industrial, o camponês emprega sua mão de obra na atividade de acordo com seu tempo. O trabalho, em sua maior parte, é realizado do nascer do sol até o horário do almoço. Isso porque grande parte desses agricultores já é envelhecida e não se submete ao trabalho sob sol escaldante, evitando, que esse se torne um trabalho exaustivo e degradante.

Nesse caso, assim como constatado por Santos (1978, p. 39), “o trabalho acessório significa para o camponês uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa se este não ocorresse”, tendo em vista que a área que eles ocupam é restrita a pequenas faixas de terras e, se a composição familiar for grande, essa será ociosa. Assim, no período que requer o trabalho dentro das UPFs, a mão de obra não é liberada para as grandes propriedades, estando impedida de desempenhar algum trabalho acessório.

O trabalho acessório praticado por esses agricultores não os descaracteriza da condição de agricultores familiares. De acordo com Santos (1978), frequentemente, os rendimentos agrícolas dos camponeses são negativos. Sendo negativos, são insuficientes. Assim, necessitam se transformar em trabalhadores assalariados, contudo apenas temporariamente, para complementarem a renda e compensarem os rendimentos negativos do trabalho agrícola.

Ao mesmo tempo em que esse trabalho garante uma renda para a família, além de sua produção agrícola, ele se insere na relação contraditória do capital, quando esse se apropria do trabalho camponês. Nesse sentido, conforme Souza,

[...] o eixo central que norteia a discussão é o da reprodução camponesa, na sociedade capitalista, enquanto uma contradição deste modo de produção, que, por sua vez, se apropria do trabalho camponês, a fim de garantir, e mesmo ampliar, a produção e a reprodução do capital (2008, p. 65).

Dessa forma, além de produzirem para a sua sobrevivência, esses camponeses produzem também para o benefício de quem os subordina. Assim, mesmo caracterizada por outra lógica que não a da produção capitalista, a produção camponesa favorece a

acumulação capitalista dos outros setores, ao passo que os capitalistas se apropriam direta e indiretamente da renda excedente gerada. Assim, o território traz consigo as próprias contradições do seu uso, a partir dos elementos que o compõem, sejam de produção, circulação, social ou cultural. Ele se realiza no espaço mediado pelas relações sociais dos atores que o compõem.

A permanência desses agricultores é recriada, em muitos casos, a partir dos seus deslocamentos nas extensas faixas de terras à beira da rodovia. Essas faixas de terras se configuram como espaço de produção, moradia, trabalho e, sobretudo, um espaço da vida. O controle da terra passa pela posse irregular das áreas à beira da rodovia, representando certo controle dos meios de produção – terra –, a partir do momento em que não há registro de nenhum processo de retirada de população dessas áreas pelo DNIT. Os agricultores entrevistados na presente pesquisa afirmaram estar cientes de que ocupam uma área irregular, de domínio do Governo Federal. Também afirmaram não haver nenhum conflito com o DNIT – órgão responsável pela fiscalização das faixas de domínio da União.

Para Fernandes (2008, p. 2), apesar de a questão agrária no Brasil estar sempre ligada aos conflitos por terra, não se pode analisá-la somente nesse âmbito, pois esses conflitos são territoriais e “não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado [...] o enfrentamento é um momento do conflito”.

Fruto da constituição de espaços e sociedade contraditórios, o território desse tipo de agricultura está em constante conflito, mas que nesta conflitualidade é criado um conjunto de estratégias de resistência. A sua presença nesse espaço contesta o modelo de agricultura imposto pelo agronegócio como único caminho de desenvolvimento para o campo brasileiro.

No processo de ocupação dessas áreas, existe um conflito, já que a própria ocupação da terra é conflituosa por fazer parte de uma questão maior: a questão agrária. Fernandes compreende que

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. A resposta é a luta

pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária. Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas, às formas de inserção ao mercado e aos tipos de mercado; à questão campo - cidade, à qualidade de vida e dignidade humana (2008, p. 11).

A permanência desses agricultores é resultado das estratégias de resistência frente à avidez do agronegócio. Sobre a resistência camponesa, Fabrini conclui que

O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território (2007, p. 30).

Assim, Fernandes (2008, p. 11) aponta que o conflito não é ocasionado unilateralmente e não é iniciado na ocupação da terra nem nela terminado. Nela, ocorre o desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O início do conflito se dá “pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo” (FERNANDES, 2008, p. 8). No caso dessas ocupações, o que não existe é o enfrentamento entre os camponeses ocupantes dessas áreas e os grandes proprietários de terras, ou com o DNIT. Mesmo sem conflito com o DNIT, existe um perigo acarretado pela ocupação dessa área específica, considerando que essa rodovia é uma das que têm mais fluxos de veículos na região e um grande número de acidentes. Há também disputas de áreas nobres, para que o grande produtor utilize maquinários sem obstáculos, por exemplo, ou pela disponibilidade de água que os pequenos agricultores utilizam em suas irrigações.

O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo permite que as relações camponesas se reproduzam. Fernandes (2008) aponta que, enquanto no interior de suas relações o capital provoca a recriação do campesinato, como, por exemplo, o arrendamento e a relação de compra e venda de terras, o campesinato ocupa terras e reivindica a desapropriação, como uma interrupção com a relação dominante. Essa relação não supera a subordinação, pois, após conquistar a terra, os novos camponeses, por meio da sujeição da renda da terra, são dominados pelos capitalistas. Essa é uma

relação de dominação e resistência permanentes, que compõem a questão agrária e geram conflitualidade.

A COMPOSIÇÃO DA RENDA NA SOBREVIVÊNCIA DOS SUJEITOS DAS ÁREAS LINDEIRAS

A renda é um importante elemento na definição das UPFs e para a sobrevivência dos sujeitos que ocupam as áreas lindeiras. Em 2006, ela foi um dos principais parâmetros utilizados pelo IBGE (2009) no Censo Agropecuário para definição do que seria considerada agricultura familiar, pois, se naquele ano “o rendimento total do empreendimento foi menor que o quantitativo dos salários obtidos em atividades fora do estabelecimento, então o estabelecimento agropecuário não foi considerado de agricultura familiar”.

A partir do depoimento dos camponeses, verifica-se que existe uma relativa desigualdade na geração de renda a partir da ocupação dessas áreas. Tal fato não depende de um único fator, mas de um conjunto de fatores, passando pela produção, diversificação, tamanho da mão de obra familiar, instrumentos utilizados, relação estabelecida pelo trabalho acessório e relação de comercialização estabelecida, se direta com consumidor ou com a presença de atravessadores.

Pelos depoimentos dos agricultores, somente os valores obtidos com a venda do excedente da agropecuária não são suficientes para suprir as necessidades de parte das famílias nas UPFs, sendo necessários complementar com outra renda. Nem todos os entrevistados conseguem obter renda a partir da comercialização dos produtos nas UPFs. Os que conseguem obter renda, na maioria dos casos, o fazem pela venda direta nas feiras e com a comercialização de produtos na própria Unidade de Produção – encomendas, vizinhos e mercearia.

Quanto às fontes de renda das famílias, os dados mostram que as origens dessas principais fontes de renda são variadas, compostas de: a) produção e comercialização agrícola nas unidades agropecuárias de produção; b) aposentadorias; c) rendimentos do trabalho acessório que pode ser realizado pelos próprios agricultores em tempo parcial ou por um filho (ou mais) que reside e trabalha na cidade, mas que ajuda na composição

da renda desses agricultores; e d) atividades não agrícolas (pluriatividade), que desponta como uma das mais importantes, pois favorece a manutenção da UPF.

Em alguns casos, os filhos que residem e trabalham na cidade ajudam na complementação da renda familiar. Geralmente, eles ajudam não somente com dinheiro, mas com produtos alimentares que não são produzidos nas UPFs. Além da ajuda com dinheiro ou produtos, alguns agricultores recebem ajuda nas atividades agropecuárias em algumas épocas.

Os filhos desses agricultores que estão nas cidades desenvolvem as mais diversas atividades, sobretudo no setor secundário, nas agroindústrias e no setor de serviços, empregando-se no comércio local. Todavia, existem filhos de agricultores que são professores e nutricionistas. Alguns desses, mesmo nas cidades, não se sentem estimulados a investir nestas UPFs, por não vê-las como um bem para a família, já que a área pertence ao governo. Assim, não as veem como um bem da família e por isso não poderá ter direito como herança. Os pais, também, não veem essas faixas como herança familiar que pode ser passada para os descendentes ao longo do tempo, diferentemente dos agricultores familiares que têm a posse ou propriedade da terra e que tradicionalmente veem a terra como herança a ser repassada para os filhos sucessores.

Apesar da alta média de idade dos agricultores que ocupam essas faixas, existem apenas dois agricultores aposentados. Mesmo com idades que lhes garantiriam a aposentadoria rural – 60 anos se homem, ou 55 anos se mulher –, muitos agricultores afirmaram enfrentar diversos problemas, não possuindo, por isso, o benefício da aposentadoria, mesmo tendo comprovado o exercício da atividade rural¹.

Os aposentados que estão na faixa de domínio da União geralmente empregam o dinheiro obtidos da aposentadoria na unidade produtiva, fazendo dessa, a principal receita monetária, que assegura o suprimento das necessidades familiares e ainda garante um investimento no sistema de produção. Esses consideram tal questão uma garantia, pois, caso a produção agropecuária não seja satisfatória, a aposentadoria é suficiente ao menos para a compra de alimentos. Assim, a aposentadoria contribui

¹ Segundo o art. 142 da Lei n. 8.213/1991, para a concessão desse benefício, além da idade, o trabalhador rural deve comprovar o exercício da atividade rural pelo período mínimo de 180 meses, ainda que descontínuo.

notadamente para a composição da renda desses agricultores, sendo-lhes uma segurança. Esses, mesmo recebendo o benefício, continuam produzindo nas propriedades.

Algumas atividades não agrícolas são desenvolvidas pelos agricultores, como o artesanato, a produção de vassoura e a confecção de crochês e tapetes, mostrando a face da pluriatividade mesmo nessas pequenas faixas de terras para complementação da renda. Percebe-se que outras atividades são mais desenvolvidas nessas unidades de produção quando a renda obtida com a produção agrícola não é suficiente para compor uma renda mínima familiar. Para Carneiro, as diferentes atividades podem dinamizar a unidade produtiva.

[...] as atividades não agrícolas podem exercer o importante papel de dinamizar unidades produtivas anteriormente consideradas “marginais”, viabilizando uma rentabilidade maior da produção agrícola. É o caso de agricultores que conjugam produção e transformação do produto bruto em produto mais valorizado (CARNEIRO, 1996, n. p.).

Ser pluriativo dentro das unidades produtivas familiares não pressupõe o “abandono da agricultura e do meio rural [...] expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar” (WANDERLEY, 2001, p. 37). Do mesmo modo é entendido por Schneider (2001, p. 16) quando afirma que “a busca de um trabalho não agrícola não implica necessariamente um rompimento com as atividades propriamente agrícolas ou, pelo menos, com determinadas tarefas da propriedade”. Assim, aparece como uma estratégia de garantir o aumento da renda, a diversificação e o emprego do tempo que, em alguns casos, ficaria ocioso se somente as atividades agropecuárias fossem desenvolvidas dentro das propriedades. Conforme as outras atividades, elas também podem garantir a redução de aquisição de insumos e produtos fora das propriedades.

Muito além de ser uma estratégia “de reprodução social, a pluriatividade contribui de forma decisiva para ajudar a solucionar dificuldades e restrições que afetam as populações rurais” (SCHNEIDER, 2009, p. 7). Para Maluf (2004), grande parte das UPFs agrícolas é pluriativa. Conforme esse autor, por muitas vezes, as rendas não agrícolas

formam uma fonte precária de renda procedente “de ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração, associadas a uma atividade agrícola fragilizada” (MALUF, 2004, p. 302). Ou seja, as atividades não agrícolas podem sinalizar a precarização desse segmento, a partir da não suficiência das atividades agrícolas desenvolvidas dentro das unidades familiares rurais. Dessa forma, a pluriatividade se mostra como uma estratégia de geração de renda e, por isso, de sobrevivência.

Com a pluriatividade, aposentadorias e a ajuda dos membros da família que residem nas cidades, os agricultores dependem um pouco menos da produção agrícola e mais de fontes de renda externas. Percebe-se, portanto, que, mesmo baixa, a renda agrícola é fundamental para as famílias, pois, em muitas UPFs, a principal fonte de renda origina-se da produção agrícola. Ao mesmo tempo que a aposentadoria aparece como uma fonte de renda importante para dar segurança às atividades dentro das unidades de produção, a renda agrícola, mesmo que não seja a principal fonte de renda da família na UPF, motiva e aumenta a expectativa do agricultor a continuar na ocupação das faixas de domínio.

Ao serem questionados sobre a renda, os agricultores geralmente pausam a entrevista, pensam um pouco, para depois confienciarem geralmente uma renda imprecisa, utilizando sempre o pronome indefinido uns. Em razão da sazonalidade desses agricultores, foi impossível obter a renda obtida no período de pesquisa.

O salário aqui é o seguinte: [...] depende muito da produção. [...] tem vez que você produz muito. Às vezes, você consegue vender muito. Tem vez que o salário fica bem baixinho. Porque, às vezes, dá muito excesso de mercadoria na rua. Porque, às vezes, a pessoa está plantando a mesma coisa que eu planto. Mas tira assim, uma média de setecentos, oitocentos reais. É mais ou menos um salário (Agricultor 1).

Assim como em relação ao tamanho da terra, os dados sobre a renda dos agricultores também demonstram incertezas e imprecisões, dada a dificuldade dos agricultores de estabelecerem a renda obtida com a produção. Ao serem questionados quanto à renda bruta e líquida oriundas do estabelecimento, as respostas variaram entre um e dois salários mínimos, mostrando imprecisão e evidenciando que a renda obtida é relativamente baixa. Houve quem dissesse não retirar nenhuma renda no momento, até

aqueles que disseram receber uma renda de pouco mais de R\$ 1.500,00, mas que não sabiam quanto sobrava após a retirada dos custos de produção. Esse valor pode variar de acordo com o que é produzido nas unidades de produção, de acordo com as oscilações sazonais.

Silva e Marafon (2007, p. 5) destacam que, na exploração familiar, as relações de trabalho “não envolvem uma renda fixa mensal (salário) para cada membro da família que trabalha na propriedade, e sim trabalho em conjunto (familiar), visando a aquisição de uma única renda através do produto final”, que, por sua vez, reproduzirá os valores sociais da família e suprirá as necessidades básicas de sobrevivência familiar. Porém, mesmo essas rendas em conjunto apresentam imprecisão por não serem fixas e serem de acordo com a produção do mês ou o que se tem pra vender na semana.

É evidente a inexistência de dados contábeis, estando ausente um controle de gastos e receitas. Por exemplo, um dos agricultores que vende hortaliças nas feiras em Jataí afirmou que, ao mesmo tempo em que na época das chuvas não é propícia a produção de hortaliças, ocorrendo uma baixa produção, na época da seca há uma grande produção, sendo um período mais propício. Isso faz com que outros produtores também aumentem a sua produção e que chegue às feiras uma grande quantidade de produtos, o que não favorece o rendimento. Nesse sentido, segundo o relato de um dos partícipes da presente pesquisa,

Agora poucos dias tinha muita alface aí, nós cortamos meio caminhão de alface que perdeu [...] Tem muito produtores de alface, então, quando chega na época da seca, todos têm ela pra vender (Agricultor 1).

Desse modo, o que é contabilizado de forma exata são apenas os rendimentos fixos, como aposentadorias, pois a produção gera renda, mas, muitas vezes, essa não é contabilizada. Aqueles com uma maior ligação com os mercados têm mais ideia da quantidade produzida, o que transparece no relato de um dos entrevistados:

Aqui tem vez de mim (sic.) plantar vinte mil pés de alface (Agricultor 1).

Com tantos problemas enfrentados, muitas vezes, esses agricultores compõem um grupo de “agricultores familiares em situação de insegurança alimentar, sem acesso

à assistência técnica; sem documentação; habitando locais distantes ou isolados da atuação do poder público; com baixas condições para gerar excedentes” (MENDONÇA et al., 2015, p. 50).

Nessas unidades em que a renda conseguida da pequena produção não é suficiente para a compra de bens alimentares básicos que não são produzidos pelas famílias, geralmente esses agricultores estão assentados em áreas de solos frágeis, inférteis e distantes dos cursos-d’água, ou sem acesso à água suficiente para irrigar a sua produção. Isso faz com que suas plantações tenham baixa produtividade e que os agricultores vivam em alto grau de vulnerabilidade.

Ao serem excluídos das políticas públicas para a agricultura familiar, esses agricultores também são excluídos da perspectiva da produção alimentar, considerando a importância das políticas públicas para a garantia da segurança alimentar familiar, pois essas contribuem para inserir os agricultores nas cadeias agroalimentares pelas ações de fomento à produção de alimentos.

Grande parte desses agricultores tem se mantido nos limites básicos da sobrevivência, buscando reterritorializar-se nos únicos espaços rurais que lhe restam a fim de garantir a sua autonomia e emancipação. Mesmo em número pequeno alguns, ao não conseguirem mais sobreviver nas estreitas faixas de terra, voltam para as cidades. A impossibilidade de alguns agricultores se sustentarem nessas faixas – bem como os problemas enfrentados por esses agricultores – é evidenciada nas UPFs abandonadas à beira da rodovia.

Ainda que com uma produção diversificada e destinada a suprir suas próprias necessidades, existem produtos alimentares que não são produzidos pelas famílias e, assim, essas precisam se deslocar aos mercados para adquirir. Entretanto, para que a produção agropecuária desses agricultores gere renda, eles precisam, além de produzir, disponibilizar essa produção no mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de acesso às políticas públicas por parte dos agricultores familiares faz com que eles não acessem as tecnologias modernas que estavam à disposição no mercado e,

sem recursos, fizessem uso, em suas unidades produtivas, de técnicas rústicas de produção.

As lutas e estratégias dos agricultores familiares em espaços marginais, para continuarem existindo, passam pelas condições de geração de renda, pelas condições naturais dos locais onde estão instalados, pelo acesso a créditos e financiamentos, bem como pelas políticas de assistência técnica e extensão rural. Assim, a renda do agricultor familiar nessas faixas está constantemente sujeita a incertezas.

Em tais locais, os agricultores optam pelo plantio de gêneros alimentícios para o autoconsumo, mas aquele espaço reduzido não lhes garante a produção de todos os bens alimentícios, fazendo com que vendam parte do que produzem para comprar a outra parte que não conseguem produzir. As unidades produtivas familiares visitadas, mesmo com a especialização produtiva da região, continuam orientadas para a diversificação produtiva. Isso porque têm como principal objetivo atender às necessidades dos membros da UPF e à venda de excedentes pelos circuitos curtos de comercialização.

Os quintais constituem um importante meio de abastecimento do autoconsumo das famílias, por meio do cultivo de hortaliças, produção de frutas e da criação de pequenos animais domésticos, enquadrando-se na policultura-pecuária. Esses espaços, além de contribuírem para a segurança e qualidade alimentar das famílias, desempenham também funções socioambientais fundamentais à reprodução da vida.

Em suma, os agricultores aqui analisados fazem parte de uma população historicamente excluída, que ocupa pequenos retalhos de terras que pertencem à União, na busca da construção de seus territórios. Essa população excluída do campo e da cidade – alguns excluídos da cidade recentemente, ou do campo, em processos socioterritoriais que se deram na região nas últimas décadas – tem sua organização produtiva baseada na terra, no trabalho e na família, diferenciando-a de outros trabalhadores rurais e urbanos. Assim, mesmo vindo das cidades, tal forma de ocupação recria no operário o agricultor familiar.

REFERÊNCIAS

-
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1995
- BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no Campo: O caso francês. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 32, [s.p.], out. 1996.
- CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.
- FABRINI, João Edmilson. A Contradição Como Parâmetro de Compreensão da Existência Camponesa. **Revista Geografia**, vol. 13, n. 2, 2004.
- FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Ano 10, nº. 11. Presidente Prudente, 2007. pp.8-32
- FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. Relatório 2014. Brasília, DF: FAO.
- FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Superação da Fome e da Pobreza Rural: iniciativas brasileiras**. Brasília, 2016.
- FAO/INCR. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/Incr, 1995.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 273-302.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antonio Márcio Buainain (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora Unicamp, 2008b.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista Osal**, ano 9, n. 24, p.73-85, out. 2008d.
- FERREIRA, Rômulo Gama; ORTEGA, Antonio César. Progresso Técnico e Agricultura Familiar: Impactos Sobre A Ocupação e a Migração Rural- Urbana nas Microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio. 42., 2006. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2006.
- FREITAS, Wesley. Ricardo de Souza ; JABBOUR, Charbel José Chiappetta; Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate, Lajeado**, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. **Notas Técnicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- LEMONS, José de Jesus Sousa. Efeitos da Expansão da Soja na Resiliência da Agricultura Familiar do Maranhão. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, p. 26-37, 2015.
- MALUF, Renato Sérgio. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues Mendonça. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, Leticia Koeppel; TAVIRA, Guilherme; FERREIRA, Everton; LANGE, Roberta; OLIVEIRA, Luana Paré; MOLINA, Caroline; HORA, Karla. A construção de uma política de assistência técnica e extensão rural para superação da extrema pobreza. In: MELLO, Janine. **A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo**. Brasília: MDS, 2015. (p. 50-69). (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, nº 23).

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007. 184 p.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

ROESE, Alexandre Dinnys. **Agricultura Urbana**. Embrapa, Brasília: 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. A Pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. Publicado em GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.) (Org.) **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª. ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie, 2009.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campepinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Eduardo Sol Oliveira da.; MARAFON, Glauco José. A Agricultura Familiar no estado do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2007. **Anais...** Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007.

SOUZA, Marcos Antônio de. A dinâmica territorial da expansão do agronegócio sucroalcooleiro: contribuições teóricas para a atuação dos movimentos sociais. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 9, pp. 3-24, 2008.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 31-44.

Jesiel Souza Silva - Pós-Doutor pelo Departamento de Produção Vegetal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP. Doutor em Geografia (Gestão Territorial e Ambiental), pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília- IH-UnB, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos/EMBRAPA Meio Ambiente (2010), Especialista em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas pela Universidade Federal de Lavras

(2008), Graduado em Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Campus de Jataí (2006), Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Campus de Jataí (2005). Atualmente é docente do Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde, na área de Gestão do Agronegócio, Geografia e Extensão Rural. Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica (IFGoiano - Campus Ceres) e Profissional em Administração (IFGoiano - Campus Rio Verde) e do Programa de Pós-Graduação lato sensu em Formação de Professores e Práticas Educativas (IFGoiano - Campus Rio Verde).

Marília Luíza Peluso - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1962), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1983) e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Atualmente é pesquisador colaborador senior da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: Distrito Federal, educação ambiental, meio ambiente, representações sociais e geografia.

Recebido para publicação em 27 de setembro de 2023.

Aceito para publicação em 11 de dezembro de 2023.

Publicado em 22 de dezembro de 2023.